



9º Encontro Internacional de Política Social
16º Encontro Nacional de Política Social
Tema: A Política Social na Crise Sanitária revelando Outras Crises
Vitória (ES, Brasil), 13 a 15 de junho de 2023

Eixo: Educação e Política Social.

O assistente social na assistência estudantil na UFPR em Toledo (PR)

Jaqueline Budny¹
Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago²

Resumo: A partir da implantação da política de permanência nas Universidades Federais, este espaço passa a ser ocupado mais efetivamente pelos Assistentes Sociais, visto que a atuação desse profissional ganha espaço em diversas áreas da política social principalmente, nos últimos tempos, na área da educação. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a atuação da(o) assistente social na assistência estudantil em um campus interiorizado da UFPR, localizado na cidade de Toledo - Paraná, o mais novo dentre os campi avançados. E desse modo, trazer à reflexão da atuação destes profissionais dentro das Universidades Federais, relatando sobre as experiências no trabalho, bem como a intervenção profissional da(o) assistente social na assistência estudantil.

Palavras-chave: Trabalho do assistente social. Assistência Estudantil. Desigualdade social. Educação Superior.

The social worker in student assistance at UFPR in Toledo (PR)

Abstract: From the implementation of the policy of permanence in the Federal Universities, this space starts to be occupied more effectively by the Social Workers, since the performance of this professional gains space in several areas of the social politics mainly, in the recent times, in the area of the education. Thus, the objective of this article is to analyze the performance of the social worker in student assistance in an interiorized campus of UFPR, located in the city of Toledo - Paraná, the newest among the advanced campuses. And in this way, bring to reflection the performance of these professionals within the Federal Universities, reporting on the experiences at work, as well as the professional intervention of the social worker in student assistance.

Keywords: Social worker work. Student Assistance. Social inequality. College education.

INTRODUÇÃO

Relatar a experiência profissional não deixa de ser um momento central para analisar e rever o caminho que seu trabalho tem tomado mediante os objetivos institucionais e da profissão Serviço Social. Na particularidade desse artigo, pelo fato da experiência profissional estar inserida em uma instituição de ensino, parte-se do delineamento da história da Política de Educação no Brasil, sua trajetória passando pelos governos de Lula e Dilma, afim de analisar a expansão do acesso aos estudantes ao

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Unioeste-Toledo (PR) e Assistente Social na Universidade Federal do Paraná (UFPR) campus Toledo. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) e Professora associada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

Ensino Superior e a implantação de políticas de permanência nas Universidades Federais.

Analisamos que, a partir da implantação da política de permanência nas Universidades Federais, este espaço passa a ser ocupado mais efetivamente pelos Assistentes Sociais, visto que a atuação da profissão é marcada pelas constâncias das expressões da “Questão Social” em diversos outros espaços, e ganha reconhecimento de contratação na assistência estudantil, enfoco desse artigo.

Desse modo, o objetivo deste artigo é analisar a atuação da(o) assistente social na assistência estudantil, a partir do relato de experiência com o estudo das atividades desenvolvidas pela(o) assistente social, os desafios encontrados e as particularidades de um dos campus interiorizados da UFPR, localizado na cidade de Toledo no estado do Paraná, o mais novo dentre os campi avançados, que tem permitido uma atuação e uma análise ampliada das diversas expressões da “Questão Social” que afetam profundamente a vida dos estudante dessa instituição de ensino.

1 Ensino Superior e Assistência Estudantil: uma saída para a desigualdade social?

No contexto do estudo, parte-se da constatação de que vivemos em uma sociedade capitalista e da compreensão de que a Política de Educação instituída é um mecanismo de manutenção desta ordem social vigente e de contenção das crises do capital, não deixando, porém, de responder às demandas da classe trabalhadora, que vê na Educação um meio de ascensão econômica e social.

No Brasil, no que tange ao Educação Superior, Lima (2020), baseado nos estudos de Florestan Fernandes (1975), constata que:

Com o desenvolvimento do capitalismo em nosso país, a expansão da educação superior passou a ser uma exigência do próprio capital, seja de capacitação da força de trabalho para o atendimento das alterações produtivas, seja para difusão da concepção de mundo burguesa sob a imagem de uma política inclusiva. Esse processo foi historicamente confrontado pela pressão de professores e estudantes para a destruição da monopolização do conhecimento pelas classes dominantes e pela democratização interna das universidades. Por outro lado, as diversas frações da burguesia brasileira reivindicavam a modernização da educação superior para atender às alterações no mundo do capital. (LIMA, 2020, P. 48).

Ao olhar para a história do Ensino Superior no país, verifica-se que a sua expansão, atrelada às necessidades do capital, apresenta sua fase inicial no regime

burguês-militar, em que há a crescimento do acesso às Instituições de Ensino privadas e, a inundação da universidade para o controle dos professores e estudantes que buscavam a romper com “ruptura do padrão dependente de desenvolvimento e de educação” (LIMA, 2020, p. 53-54).

Com o advento do período de redemocratização do país, em que a luta dos movimentos sociais culminou em uma das Constituições mais avançada no trato dos direitos sociais, a Educação enquanto direito social foi incluída na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 6º³ (BRASIL, 1988). Porém, nos anos seguintes, adentrando aos anos de 1990, o que se observa é um processo desmonte dos direitos sociais acompanhando as necessidades do capital mundial. Nesse sentido, o Brasil acompanhando a esfera mundial de alastramento da ideologia neoliberal, expande o processo de mercantilização da Educação, especialmente no nível superior e diminui os recursos públicos destinados à esfera social pelo Estado, segundo Pereira (2007, p.185).

No governo Collor, deliberadamente neoliberal, tem-se: a abertura de processos de privatização, aplicando esta lógica de redução do Estado na Educação Superior, deixando de investir, ampliando a concessão de autorização de funcionamento a instituições privadas; incentivando a lógica de parcerias público privadas nas instituições de ensino; planejando a iniciativa de transferência do custeio e pagamento de salários para as Instituições de Ensino Superior Federais; criando projetos de Lei para desregulamentação de direitos do servidor público; estabelecendo a abertura para tecnologias importadas, através da Lei de Informática - Lei 8248/91; propondo extinção da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (LIMA, 2005 *apud* PEREIRA, 2007, p. 194-195). Após a queda do governo Collor, o governo de Itamar permanece na mesma lógica de execução de políticas neoliberais.

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), com início do mandato em 1994, a lógica neoliberal se aprofunda. FHC cria Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), que cumprindo o objetivo de diminuição do Estado na responsabilização de garantia dos direitos sociais e execução de políticas sociais,

³ “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

implementa o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), que

[...] parte do suposto de que há uma crise, decorrente da ineficiência do Estado e/ou do excesso de funções que deveriam ser executadas pelo setor privado - locus verdadeiramente eficiente, rápido, econômico, enquanto o público seria a esfera da ineficiência, da corrupção, dos gastos exagerados, da demora, do não-atendimento de demandas sociais. – e/ou pelo setor “público não-estatal”, caracterizado como o espaço onde não haveria o interesse na obtenção de lucro, mas somente na prestação de serviços sociais. Assim, por não haver a intencionalidade de lucratividade, o Estado repassaria recursos para que este setor – “público não-estatal” – executasse eficientemente os serviços sociais (PEREIRA, 2007, p. 210).

Nesta lógica estabelecida pelo Plano/PDRAE, a Universidade passa a ser atividade “não-exclusiva” do Estado, abrindo a possibilidade de privatização do Ensino Superior, o que se concretizou ao longo dos anos 1990 até a entrada do século XXI. (PEREIRA, 2007, p. 211).

Na concepção de Lima (2020, p. 51), no governo FHC, o projeto do capital era focado em três núcleos básicos: a) projeto político pedagógico, que operacionalizou a ruptura da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, reduzindo de forma significativa o número de universidades; b) financiamento da política de educação superior estimulando uma privatização interna das instituições públicas, aumentando a isenção fiscal para empresários da educação superior e, oportunizando o aumento de instituições privadas de ensino superior; c) trabalho dos docentes, há uma intensificação do trabalho, diante do número de estudantes e da implementação de uma lógica produtivista e competitiva na busca de verbas pelos órgãos de fomento.

Observa-se nas estratégias utilizadas pelo governo FHC o desmonte dos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal de 1988, “[...] Com os serviços estatais em grande medida privatizados, subsidiou e fortaleceu o mercado, além de aprofundar a subordinação do Brasil à economia mundial” (POGGERE, 2017, p. 64).

Segundo Poggere (2017, p. 64), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei n.º 9394/1996, materializa o “[...] desmonte das conquistas constitucionais para o ensino superior no Brasil [...] sendo o marco da contrarreforma do ensino superior na década de 1990. A LDB legitima o ensino superior como serviço mercantil, não mais como direito social”. Outro documento aprovado durante o governo FHC, foi o Plano Nacional de Educação (2001-2010), Lei n.º 10172/2001, que segue a mesma lógica neoliberal com diversos vetos relativos ao Ensino Superior, o colocando, portanto, resumidamente, como serviço não-essencial. O Ensino Superior segue lógica neoliberal

e privatista, imposta pelos organismos internacionais, como o Banco Mundial que financia as economias subdesenvolvidas.

Com o advento de um novo governo, assumido por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e, posteriormente, Dilma Rousseff (2011-2016) filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) ocorre uma priorização da pauta do Ensino Superior aliada a continuidade de sua expansão, mas não há o rompimento com o neoliberalismo. Segundo Lima, há dois grandes eixos condutores das ações deste governo: “a privatização/empresariamento da educação e a certificação em larga escala” (2020, p.54). Sendo o primeiro eixo constituído, de acordo com Lima (2020, p. 54).

(i) do aumento do número de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e ProUni; (ii) da privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado e (iii) do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPq.

E o segundo eixo condutor constituído da:

certificação em larga escala – pode ser identificado em ações como o EaD e o REUNI. Essas ações efetivaram a expansão da educação superior, especialmente no segundo governo Lula (2007-2010), intensificando o trabalho docente e reconfigurando o papel social das universidades públicas, particularmente, as federais, reduzidas, em parte, a instituições de ensino de graduação, deslocadas da pesquisa e da produção e socialização do conhecimento crítico e criativo (LIMA, 2020, p. 56-57).

Ao observarmos estes eixos condutores, verifica-se a direção de continuidade instituída no governo FHC. Contudo, não podemos destacar que apesar da continuidade há diferenças dos governos de Lula e Dilma, que atende à algumas demandas da classe trabalhadora, como a ampliação do acesso e permanência nas IES, mesmo que, numa lógica mercantil da educação, através do Programa Universidade Para Todos (PROUNI)⁴, ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)⁵, EAD e Lei de

⁴ Portal Único de Acesso ao Ensino Superior: “O Prouni oferta bolsas de estudo, integrais e parciais, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de educação superior privadas. O público-alvo do programa é o estudante sem diploma de nível superior”. Disponível em: < <https://accessunico.mec.gov.br/prouni>> Acesso em 29/09/2022.

⁵ De acordo com o Portal do FIES: “O FIES é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação”. Disponível em :< <https://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies> > Acesso em 28/09/2022.

Inovações Tecnológicas. Paralelamente, há a implementação da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) parte, também, do aparato estratégico do governo federal para cumprir as metas do Plano Nacional de Educação (2001-2010), regulamentado pela Lei nº 10.172/2001. O REUNI⁶ reestruturou e expandiu as universidades federais tendo como principal objetivo a democratização do ensino superior, atendendo o maior número possível de estudantes. O governo, também, implementou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), “[...] que busca garantir a permanência dos estudantes em IFES” (POGGERE, 2017, p. 84, 99, 103).

Observando-se os dois eixos condutores, compreende-se que o governo PT foi marcado pelo pós-neoliberalismo ou ‘reforma’ neoliberal, que significou atrelar o desenvolvimento econômico às políticas sociais “[...] principalmente de transferência de renda e profissionalização, aquecendo o mercado com ampliação do consumo e capacitação técnica, mas sem romper com os limites do sistema econômico neoliberal[...]”. Na Educação Superior, isso significou buscar atender as necessidades da burguesia interna e, ao mesmo tempo, o trabalhador que almejava melhores condições de vida. Em uma sociedade capitalista, melhores condições de vida significa ampliar o poder de consumo para o trato das condições habitacional, alimentar, de saúde, de educação entre tantas necessidades que se apresentam para uma sobrevivência digna, e que acaba sendo de responsabilidade individual, que em uma fundamentação conservadora coloca a responsabilidade ao processo educacional, como uma das estratégias para o aumento da renda da classe trabalhadora, através da qualificação da força de trabalho (POGGERE, 2017, p.73, 76 - 77).

O governo Lula e, seguido do governo Dilma, não rompe com a lógica capitalista. Porém, mesmo que na perspectiva de manutenção e sobrevivência da ordem vigente, há ampliação do acesso à Educação Superior, bem como, a implementação de ações com o objetivo de permanência deste estudante no Ensino Superior, como já referenciado anteriormente: PNAES, PROUNI, FIES entre outras ações.

⁶ O REUNI foi referência da certificação em larga escala, “[...] com os seguintes objetivos: aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades federais e aumentar o número de estudantes por professor na graduação; diversificar as modalidades dos cursos de graduação, através da flexibilização dos currículos, da educação a distância, da criação dos cursos de curta duração, dos ciclos (básico e profissional) e bacharelados interdisciplinares; incentivar a criação de um novo sistema de títulos; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino. Tudo isto no prazo de cinco anos (LIMA, 2020, p. 56-57)

Com a eleição do governo Bolsonaro, que assume em 2019, as pautas governamentais estão centradas no ultraliberalismo, segundo Leher (2019), ao mesmo tempo que traz em seu interior ideias conservadoras a respeito do ensino público, tributa ideias progressistas e equivocadas de ‘marxismo cultural’, que precisa ser combatido, incentivando uma ‘guerra cultural’ contra as universidades.

A despeito do orçamento destinado às instituições federais de ensino, Leher (2021), demarca que a intenção do governo é pautada na desconstrução das universidades, da ciência e de seus órgãos de fomento. Neste cenário, o objetivo está vinculado a buscar a dissolução dos direitos sociais e a autocracia. O governo passa a atacar a autonomia universitária, a liberdade de ensino e reduzir ainda mais as verbas de custeio, que já vinham sendo reduzidas desde 2014 no governo Dilma, quando esta foi pressionada pelos setores dominantes do poder, em nome do ajuste fiscal.

É neste contexto da Política de Educação, que o profissional do Serviço Social se insere respondendo às demandas institucionais para ampliar as condições de acesso e de permanência nos diferentes níveis e modalidades de educação, que resultam dos programas governamentais instituídos em resposta à pressão de movimentos sociais. Porém, se há por um lado a resposta à demanda do social, há por outro a continuidade da subordinação à lógica capitalista e, é nessa contradição que o profissional está inserido (CFESS, 2014, p.37).

No sentido, do que pauta a profissão, de acordo com o CFESS (2014) a(o) assistente social deve pautar sua ação no que concerne ao acesso, permanência e qualidade da educação: a) no acesso: buscar a universalização efetiva do acesso à educação e a consolidação da educação como direito social e política pública; b) na permanência: ultrapassar a atuação somente técnico-instrumental e articular-se às lutas sociais para ampliação das condições de permanência; c) na qualidade da educação: pautar a atuação na busca de uma educação que contribua para emancipação humana, rompendo, conseqüentemente, com a lógica da sociedade capitalista (p. 40, 43, 44-45).

Com essas compreensões de análises que no próximo item, será apresentada a experiência profissional da autora na atuação junto a política de educação, na particularidade da Assistência Estudantil.

2 A Atuação da(o) Assistente Social na Universidade Federal do Paraná (UFPR) no campus Toledo-Pr

Com a implantação de um novo campus no interior do Paraná, em 2016, abrigando o Curso de Medicina, na cidade de Toledo, através de uma remoção no ano de 2018 a autora deste artigo, assistente social, passou a atuar neste novo campus tendo como foco, principalmente, a assistência estudantil, sendo a única assistente social do campus, atualmente.

A interiorização da Universidade Federal do Paraná (UFPR) faz parte de uma estratégia de expansão da Universidade, que aderiu ao REUNI. No caso de Toledo, o campus faz parte também e, principalmente, de uma das estratégias do Programa Mais Médicos e do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (PROVAB) do Governo Federal. Programas cujo o objetivo é fomentar: “[...] a formação de médicos para enfrentar os desafios atuais do Sistema Único de Saúde no Brasil e a necessidade de permanência e fixação de profissionais médicos em áreas onde há carência destes profissionais” (PROJETO PEDAGÓGICO - MEDICINA, 2018, p.20).

No governo PT, período de 2003 a 2010, além da expansão das Universidades Federais, como visto anteriormente, na busca da democratização da Educação Superior, houve avanços tanto no acesso, com a Lei de Cotas, quanto na permanência ao implementar o PNAES com foco na Educação Superior Pública Federal, através do Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Cujo objetivos são:

Artigo 2º: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Com o Decreto as Universidades Federais passam a ter que implementar ações para permanência estudantil, com foco nas seguintes áreas:

Artigo 3º, §1º: - I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Na Universidade Federal do Paraná, estas ações de Assistência Estudantil se materializam em uma Pró-Reitoria, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE, que

promove, além do seu principal programa, Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção (PROBEM), outras ações a fim de garantir a permanência do estudante na Universidade. Além da PRAE, há a Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) que trabalha nas políticas de acesso e, também, dá suporte à permanência de estudantes que fazem parte das chamadas minorias.

No campus Toledo, a atuação da assistente social está ligada principalmente ao direcionamento dado pela já citada PRAE. Parte das ações desenvolvidas pela PRAE com base no PNAES, são regulamentadas pela Resolução nº 31/09 - PROBEM do Conselho de Planejamento e Administração visando a garantia da permanência do estudante na Universidade e, tem como público principal os estudantes oriundos de famílias que possuem fragilidade socioeconômica e que não possuem ou têm dificuldade para manter estes estudantes na Universidade.

O PROBEM proporciona através de Editais, auxílio financeiro aos estudantes que recebem até um salário mínimo e meio per capita e não tenham graduação anterior. No programa são oferecidos auxílio permanência, auxílio moradia, auxílio refeição e auxílios creche. A análise socioeconômica é realizada pelo assistente social através de documentos, entrevistas e, se necessário, visita domiciliar.

A análise socioeconômica requer tempo e avanços para além dos documentos apresentados. Consideramos que uma das particularidades do campus Toledo em comparação com a sede Curitiba, é o número menor de estudantes, o que possibilita ao profissional executar sua análise com mais tempo e detalhamento não concentrando a análise meramente na burocracia dos cadastros, podendo atender um público maior de estudantes e planejar ações que melhorem a qualidade de permanência na Universidade durante o curso, não deixando de destacar que as melhorias se limitam na verba recebida na instituição.

No campus estudado, há somente o curso de medicina, com aproximadamente 360 alunos. É um curso com entrada semestral de 30 alunos via vestibular e Sistema de Seleção Unificada - SiSU, disponibilizando ainda mais duas vagas suplementares anuais advindas de dois vestibulares específicos. Deste universo, atualmente 54 estudantes recebem algum tipo de Auxílio Financeiro do PROBEM⁷.

⁷ Dados obtidos através dos resultados do Edital PROBEM: Edital 02/2022 e 07/2022. Disponível em :<<http://www.prae.ufpr.br/prae/programas-da-prae/probem/editais-probem/>> Acesso: 23/02/2023.

Nem todos os estudantes que se enquadram nos critérios do Programa recebem os auxílios, devido ao orçamento do PNAES não ter sido ampliado nos últimos anos, sofrendo cortes em alguns períodos, como se pode ver no quadro abaixo, e bloqueado no último governo, sendo liberado após pressão da Universidades e órgãos representativos. À medida que há expansão de campus e cursos, como foi o caso de Toledo em 2016, o orçamento deveria em si acompanhar esse acréscimo de estudantes, porém, ele nem mesmo acompanha a queda da renda das famílias e a inflação, que geram busca de mais estudantes pelos auxílios estudantis. Há o impacto não só no quantitativo de estudantes atingidos, como também no valor defasado dos auxílios, como a exemplo dos valores pagos pela UFPR: R\$ 400,00 permanência e R\$ 275,00 moradia, valores muitíssimo baixos que impactam diretamente na vida do estudante, que precisa buscar outros meios para sobreviver.

Quadro 1 - Orçamento PNAES

ORÇAMENTO PNAES PARA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	
2013	R\$ 18.038.651
2014	R\$ 17.400.165
2015	R\$ 18.610.920
2016	R\$ 20.669.193
2017	R\$ 20.467.622
2018	R\$ 20.880.002
2019	R\$ 23.085.250
2020	R\$ 22.313.404
2021	R\$ 17.722.914
2022	R\$ 23.305.765

FONTE: Pró-Reitoria de Orçamento, Planejamento e Finanças/UFPR.
Adaptado pela autora

Neste relato de experiência, busca-se demonstrar que para além da análise socioeconômica, a atuação do assistente social tem como prioridade a busca da permanência do estudante através de ações integradas à priori à profissionais, principalmente, da área da psicologia e pedagogia. A equipe mínima, das chamadas Unidade de Apoio Psicossocial, geralmente é formada por pelo menos 01 assistente

social, 01 psicólogo e 01 pedagogo (Toledo ainda não conta com um pedagogo)⁸.

Apesar da prioridade do atendimento ser dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, a atuação da assistente social no campus Toledo não abrange somente estes estudantes. As características do campus, quais sejam: número menor de estudantes em relação aos demais campus, um único curso e número menor de servidores, permite e exige atendimento ampliado. Sendo assim, o atendimento é voltado a todos os estudantes que necessitem orientações e/ou acompanhamento por diversas situações vivenciadas dentro e fora da Universidade, como: violência, problemas relacionados à saúde, enfrentamentos ligados à vida social e acadêmica, entre outros. Como também, há a demanda por orientações sobre diversas dúvidas referentes à legislação e acesso a benefícios internos ou externos à instituição.

A primeira aproximação do assistente social com os estudantes, se dá na Semana de Recepção de Calouros, em conjunto com o psicólogo e o tradutor e intérprete de libras, que por ter formação em área correlata vem trabalhando em conjunto no atendimento aos estudantes. O objetivo neste primeiro momento é acolher, orientar, mostrar o suporte profissional que existe e o atendimento desenvolvido, e, principalmente, estabelecer um vínculo inicial para que procurem a equipe em qualquer situação que julguem necessária.

Além do atendimento realizado diretamente com o estudante. O assistente social é acionado pelo centro acadêmico, docentes, coordenação, direção e técnicos-administrativos para atuar, orientar e auxiliar nos desafios impostos e situações novas que se apresentam durante a graduação. A parceria que se estabelece com a comunidade acadêmica no geral é de suma importância, visto que proporciona a ampliação do conhecimento sobre a atuação do serviço social e a possibilidade de atendimento qualificado aos estudantes, principalmente.

É também foco de atuação do serviço social os estudantes que acessam a Universidade pelas cotas e pelos vestibulares específicos, como o Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná e o Vestibular para Refugiados que proporcionam aprendizados e desafios constantes. Os estudantes ingressos destes dois últimos tipos específicos de

⁸ Dados obtidos do site da PRAE. Disponível em: < <http://www.prae.ufpr.br/prae/equipe-prae/> > Acesso: 23/02/2023. No campus Toledo o assistente social é lotado diretamente no campus e presta serviço para a PRAE, por este motivo os dados (nome e contato) não constam no site da PRAE.

vestibulares requerem, geralmente, maior acompanhamento e, possuem direitos respaldados em Resoluções específicas dentro da Universidade que precisam ser observadas e executadas a fim de promover a equidade para a sua permanência.

Os estudantes indígenas, refugiados, com deficiência e negros, contam, também, com unidades especializadas no planejamento das políticas de acesso e atendimento aos estudantes, estas unidades são integrantes da Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD), criada em 2017. Porém, por estarem localizados em Curitiba, há a dificuldade de atender de forma completa os estudantes dos campi do interior. As ações ainda estão muito centralizadas em Curitiba.

Diante disso, a busca profissional por conhecimento específico e estratégias para cada situação torna-se constante. Busca-se a comunicação e intermediação com as unidades citadas, para executar estes atendimentos. No entanto, a falta do apoio especializado mais presente no campus impacta no atendimento aos estudantes, visto que nem sempre é possível atender de forma completa a demanda apresentada, já que há situações que demandam atendimento especializado na área.

Também, vivencia-se, apesar da existência de Resoluções internas, a falta de alguns parâmetros claros para a devida execução da política de permanência dos estudantes vindos de vestibulares específicos ou cotas, visto que muitas situações ainda são tratadas caso a caso. Há situações em que há o conflito entre as Resoluções internas, impactando de maneira negativa a vida do estudante. Acrescenta-se a isso, a necessidade de avanço e capacitação da comunidade acadêmica para efetivamente promover a equidade e qualidade da permanência.

Ao observar os desafios encontrados, verifica-se que ainda é necessário incorporar de fato, tanto nas normativas internas quanto na cultura e prática institucional os objetivos da política de permanência, de democratização da permanência e de minimização das desigualdades sociais e regionais, sendo um dos papéis do Serviço Social buscar estratégias para que se avance na concretização destes objetivos.

Para além do atendimento individual, a atuação no campus também acontece por meio do planejamento e execução de ações com grupos de estudantes, como a já citada Recepção de Calouros, intervenção através de projetos de extensão, em que isoladamente ou em parcerias com outras instituições se traz aos estudantes: palestras,

rodas de conversa, ações educativas, entre outros assuntos demandados pela comunidade acadêmica.

Vale ressaltar que, o serviço social, por característica própria, não atua sozinho, as atividades perpassa pelo trabalho interdisciplinar, na qual as atividades realizadas ocorrem com o envolvimento e a parceria com a psicologia e com o tradutor e intérprete de libras, sempre visando a qualidade do atendimento ao estudante e buscando soluções e proposições conjuntas. Por ser um campus novo, busca-se constantemente, a implementação de ações que já existem em outros campi ou na capital, compreendendo a necessidade de proporcionar a igualdade de acesso aos serviços já existentes, visando as adaptações necessárias às características locais.

Outras ações que fazem parte da atividade profissional do assistente social são as ações de divulgação das informações, editais, auxílios disponíveis, para além do PROBEM, como: empréstimos de notebook, auxílio para compra de material de alto custo, apoio à apresentação de trabalhos entre outros. Como também, orientações aos candidatos, futuros estudantes, que irão prestar vestibular, que contactam o campus em busca de informações sobre os auxílios financeiros disponíveis.

Em resumo, analisamos que a atuação em um campus no interior da UFPR é diverso e se expande à medida que os usuários conhecem e reconhecem a atuação do serviço social, e ao mesmo tempo, em uma relação dialética, os profissionais conhecem a política que estão atuando e se desafiam a estudar, analisar e criticar, quando for o caso, os objetivos institucionais e as demandas profissionais a fim de avançar e contribuir para a efetivação dos direitos da classe trabalhadora.

Considerações Finais

Ao estudar a trajetória da Educação Superior do Brasil, foi possível considerar que houve um avanço na expansão das vagas, abertura e interiorização de novas Instituições Federais, com implantação de ações que buscam proporcionar a diminuição da desigualdade de acesso, bem como a implantação da política de permanência destes estudantes na graduação, isto até o final do governo Lula e Dilma,

que apesar de não ter disputado um projeto educacional antagônico ao capitalismo e romper com a lógica capitalista trazida dos governos anteriores, acarretaram alguns avanços na política educacional, conforme citado no texto, a criação de novas Universidades Federais e políticas voltadas à segmentos desfavorecidos por essa sociedade, a exemplo da educação de jovens e adultos, para a população indígena e afrodescendente .

Logo, em meio a expansão de vagas e de Universidades, houve a necessidade de implementar ações que permitiriam a permanência do público a quem se destinam a reservas de vagas ou as chamadas cotas. Com a implementação das cotas em vestibulares e de vestibulares específicos, o público que passa a acessar a universidade, pelo sua trajetória educacional e socioeconômica, demanda do Estado ações de minimização das desigualdades sociais e promoção da equidade. Diante deste contexto a assistência estudantil, tornou-se campo de atuação do serviço social nas Universidades Federais, tornando-se um dos atores da implementação e execução da política.

No caso do campus da UFPR em Toledo, derivado dos programas de expansão e incentivo a qualificação e ampliação do número de médicos no país, a atuação deste profissional, no caso a autora deste artigo, está em construção. Ainda há um trajeto a ser percorrido, à medida que se tem o desafio de construção da intervenção profissional em um campi novo que ainda tem suas ações centralizadas no campus Universitário da capital.

Nesta trajetória, percebe-se que à medida que a comunidade universitária conhece e reconhece a atuação do serviço social, a demanda aumenta e se expande, tornando-se um campo vasto para conhecimento e ampliação da atuação profissional.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28/02/2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 03/06/2022.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá

outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 21/09/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. **PROUNI**. Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/prouni>. Acesso em: 29/09/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Financiamento Estudantil. **O que é o FIES?** Disponível em: <https://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>. Acesso em: 28/09/2022.

CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2014. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. Acesso em: 28/09/2022.

LEHER, Roberto. **O orçamento das universidades federais e a perigosa combinação de neoliberalismo e neofascismo**. Rio de Janeiro, RJ. Publicado em: 29/06/2021 Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/06/29/roberto-leher-o-orcamento-das-universidades-federais-e-a-perigosa-combinacao-de-neoliberalismo-e-neofascismo/>. Acesso em: 27/02/2023.

LEHER, Roberto. Dossiê - Apontamentos para análise da correlação de forças na educação brasileira: em prol da frente democrática. **Educação e Sociedade**, Campinas, v.40, p. 1-18, 2019.

LIMA, Kátia. Educação superior brasileira nas primeiras décadas do novo século. In PEREIRA, Larissa. D.; ALMEIDA, Ney. L. T. de (Orgs.). In: **Serviço Social e Educação**. 1ª Edição Eletrônica. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. P.45 - 70. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-servico-social-e-educacao>. Acesso em 28/09/2022.

PEREIRA, Larissa D. **Política Educacional Brasileira e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. 378f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

POGGERE, Bruna. G. F. A. **Acesso e permanência da classe trabalhadora na universidade pública: contradições de uma conquista**. 182f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná campus de Toledo, Toledo, 2017.

SOUZA, Daniele. G. d. **Acesso e Permanência na UFPR: uma análise da política de assistência estudantil (2010-2014)**. 148F. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

UFPR. Conselho de Planejamento e Administração (COPLAD). **Resolução nº 31/09** - Regulamenta o Programa de Benefícios Econômicos para Manutenção aos estudantes

de graduação e ensino profissionalizante da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. Disponível em: http://www.soc.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2016/07/resolucao_coplada_31072009-532.pdf. Acesso em: 03/06/2022.

UFPR. Campus Toledo. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina**. Toledo, 2018. Disponível em: <http://www.toledo.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2017/07/PPC-Medicina-Toledo-2018.pdf>. Acesso em: 28/09/2022.

UFPR. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). **Equipe PRAE**. Disponível em: <http://www.prae.ufpr.br/prae/equipe-prae/>. Acesso em: 23/02/2023.

UFPR. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE). **Editais PROBEM**. Disponível em : <http://www.prae.ufpr.br/prae/programas-da-prae/probem/editais-probem/>. Acesso em: 23/02/2023.

UFPR. Pró-Reitoria de Planejamento, Orçamento e Finanças (PROPLAN). **Orçamento anual**. Disponível em : <http://www.proplan.ufpr.br/portal/orcamentooanual/>. Acesso em: 27/02/2023.